

## **Apresentação**

É com prazer que submetemos à comunidade científica o vol. 2, n. 2 (2025), da Revista DIREITO & INCLUSÃO da área de Ciências Jurídicas do Santa Cruz Centro Universitário. A finalidade da Revista é contribuir com o desenvolvimento da pesquisa na área divulgando artigos científicos, resenhas e relatórios de pesquisas, destacando a interface entre direito e sociedade com enfoque em temas de direitos humanos e inclusão social.

Neste número, contamos com a valiosa contribuição de pesquisadores do Centro Universitário Santa Terezinha (CEST/MA), da Universidade de Salvador (UNIFACS/BA), Faculdade de Direito do Sul de Minas (FDSM), da Universidade de Itaúna (UIT/MG), da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMINAS), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), da UNICURITIBA, da Universidade de Lisboa; da Justiça Federal da 1ª Instância de Belo Horizonte, da UNIRIO, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e do próprio UNISANCRUZ.

Os artigos, sempre vinculados à temática geral da Revista, revelam a atualidade dos temas abordados que, a par do enfoque científico imprimido, recomendam a leitura que sem dúvida ensejará substancial reflexão quando apresentam conteúdos tão valiosos como: 1) um exame, a partir da Teoria dos Sistemas, da decisão jurídica para além do dualismo *segurança x legitimidade*; 2) a análise da Concordata assinada no dia 13 de novembro de 2008, entre o Brasil e a Santa Sé, em face do princípio constitucional da laicidade, que propugna a separação entre religião e Estado; 3) uma incursão no âmbito da hermenêutica de matiz filosófico para verificar como o giro hermenêutico-linguístico apresenta-se no direito brasileiro, apostando na Constituição como *locus* hermenêutico do Direito democrático; 4) uma revisão teórica dos elementos básicos e o enfrentamento das perspectivas do direito administrativo para uma administração pública eficiente em defesa dos direitos dos administrados; 5) a análise de como o custo marginal próximo à zero poderá auxiliar um novo modelo de sociedade, denominado de Sociedade da Informação; 6) a angustiante questão das Diretivas Antecipadas de Vontade – DAVs cuja conformação é enfrentada no direito brasileiro e no direito comparado; 7) a inclusão da pessoas com deficiência no mercado de trabalho e a responsabilidade civil das entidades do terceiro setor diante da lei geral de proteção de dados – LGPD; 8) um exame da

fundamentação dialógica dos direitos fundamentais autoexecutáveis conforme a teoria processual neoinstitucionalista do direito; 9) o problema da regularização dos jogos de azar no Brasil como o enfrentamento dos impactos econômicos, desafios jurídicos e a influência das mídias digitais; e 10) as contribuições do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Organização das Nações Unidas (ONU) para a reconstrução da paz em situações pós-conflito examinadas em face da luta pelas liberdades no Timor-Leste.

Registramos, enfim, nossos agradecimentos aos autores, aos pareceristas, aos membros do Conselho Científico e à equipe editorial. A colaboração de todos é essencial para que esta Revista alcance a qualidade que se propõe. Afirmamos nosso propósito nesse sentido e nossa satisfação em receber trabalhos de todos que tiverem interesse em vê-los publicados nesta Revista. Os artigos poderão ser remetidos em fluxo contínuo. As normas de submissão estão no sítio virtual.

Boa Leitura!

Carlos Alberto Simões de Tomaz  
Editor-chefe